

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima.
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

RESOLUÇÃO N. 28-73

DATA: 22 de agosto de 1973.

SUMULA: Aprova Acordo n. 7-72 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando diagnóstico institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, conforme Protocolado n. 3.447-72 da SUDESUL.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Acordo n.º 07-72, celebrado em 6 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL objetivando a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob n.º 3447-72.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22 de agosto de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 567-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.536-73 de 21 de maio de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176 Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 o funcionário Edouard Elias Thomé, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 1.º de junho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de agosto de 1973.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 568-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.708-73, de 24 de maio de 1973, deste Poder

RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970 o funcionário Orlando Sabotto, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 1.º de maio de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 569-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.887-73, de 20 de julho de 1973, deste Poder

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 192-73 de 02 de abril de 1973, que autoriza a funcionária Marlene Leonardo a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos; e

II — autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970 o funcionário Agostinho Macedo Franco da Costa ora à disposição desta Assembleia, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de agosto de 1973.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 570-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.008-73, de 25 de julho de 1973, deste Poder

RESOLVE:

conceder a Luiz Francisco Fontoura ocupante do cargo de nível PL-17 da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 11 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 571-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.134-73, de 31 de julho de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 95-73, de 13 de março de 1973, na parte que se refere ao funcionário João André Clele; a partir de 1.º de setembro de 1973.

II — designar a funcionária Rosalina Pereira Santin, para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de setembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 572-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.505-73, de 06 de julho de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Ayrton Luiz Baptista, ocupante do cargo de nível PL "28", da

Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de janeiro de 1970, data em que completou cinco (05) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 573-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.006-73, de 25 de julho de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar os Decretos Legislativos n.ºs. 105-73, de 1.º de março de 1973 e 505-73 de 02 de julho de 1973, referentes aos funcionários Edson Heibel e Myrthes Magda Gomes, respectivamente, a partir de 1.º de agosto de 1973; e

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Edson Heibel, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 146ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 23 de Agosto de 1973
(Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsir, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes, Igo Losso e Xenofonte Villanueva 44 (quarenta e quatro). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Odilon Reinhardt, Paulo Camargo e Rosário Pitelli 3 (três).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 162-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 118-71, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, que cria no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar no próximo ano letivo. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 27, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 165-73.

Levanta-se a Sessão.

**3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 147ª Sessão Ordinária
Realizada em 23 de Agosto de 1973
(Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsir, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes, Igo Losso e Xenofonte Villanueva 45 (quarenta e cinco). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Odilon Reinhardt e Rosário Pitelli 2 (dois).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observação.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — 33 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM 75/73

Curitiba, 20 de agosto de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Santo Antonio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na apuração das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 6 dias do mês de junho do ano de 1973, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Arnaldo Rossato, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Caiuá, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-7-1972, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação, que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição), artigo 56, nos termos do Artigo 4.º do Código do Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de Novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
 - b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios, científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
 - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio, fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos ou
 - b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
 - II — Pneus e componentes: revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
 - III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
 - IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
 - V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
 - VI — Conserto e preservação do material mobiliário das instalações internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para a efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou a Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 6 de junho de 1973

Mario Carneiro Portes

Secretário de Segurança

Arnaldo Rossato

Prefeito Municipal de Santo Antonio do Caiuá

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Orlando Elimar Kegler, Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verba de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processos Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes:

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica Municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
 - b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios, científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
 - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio, fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos ou
 - b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
 - II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
 - III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
 - IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicações curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
 - V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
 - VI — Conserto e preservação do material mobiliário das instalações internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da Legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou a Justiça Pública. E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 8 de maio de 1.973

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Orlando Elimar Kegler

Prefeito Municipal

Testemunhas:

(Assinaturas Ilegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 234-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n.º:

124-72: Do Senhor Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar integrando na estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o "Museu das Etnias", o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.447. — Agradeça-se.

Sob o n.º 20-73, do Senhor Deputado Nivaldo Machado, comunicando que em reunião do dia 16 do corrente, foi eleito para o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, vago em decorrência da renúncia do Deputado Ênio Pessoa Guerras. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Edivino Andrade Noronha, comunicando que ao deixar a Presidência da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, externa a todos os membros componentes desta Casa e a confiança depositada e colocando à disposição de todos os Parlamentares sua residência em Londrina. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 19-73, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, comunicando sua posse no cargo de Secretário de Educação e Cultura. — Ao conhecimento da Casa.

Circular sob o n.º 1-73, do Senhor Walter Hugo Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Peabiru, comunicando haver sido eleita a nova Mesa Diretora daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 113-73, do Senhor Walter Hugo Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Peabiru, comunicando que foi aprovado por unanimidade expediente daquela Câmara, no sentido de que seja expedido aos órgãos fazendários, comunicação de que os contribuintes não se acham em condições de cumprir as disposições da nova Lei Orgânica. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

TELEGRAMAS:

Do Senhor Orlando Geisel, Ministro do Exército, nos seguintes termos: Impossibilitado comparecer cerimônia transmissão Cargo Governador esse Estado vg venho agradecer-lhe gentileza convite et informar designei Ayrton Pereira Tourinho pt — Ao conhecimento da Casa.

Dos Senhores Augusto Cesar da Rocha Maia Chefe de Gabinete Ministro Transportes vg Augusto Hamann Rademaker Grunewald Vice-Presidente da República vg Alberto Tavares Silva Governador do Estado do Piauí vg do Governador do Estado do Pará et Theodorico Chisa Governador da Rondonia os quais agradecem convite et congratulam-se com a posse do novo Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Dos Senhores Diretor da Aviação Garcia Ltda vg Sebastião Gonçalves de Melo Presidente da Câmara de Alvorada do Sul et Gentil Almeida Campos Governador do Estado do Amapá, os quais congratulam-se e formulam votos de profícua gestão ao Governador e Vice-Governador do nosso Estado. — Ao conhecimento da Casa.

CONVITE:

Do Senhor Eng. Osires Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, convidando os Senhores Deputados desta Casa, para participarem da Reunião a realizar-se na Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, às 11.00 horas, do dia 24 de agosto do corrente ano, em sua sede à rua Manoel Ribas n.º 115, oportunidade que será apresentado o "Plano de Obras 1973-75 e a Política de Telecomunicações à ser desenvolvida pela Empresa. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 175-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

A Bancada do MDB se fará representar na Comissão Parlamentar de

Inquérito encarregada de verificar problemas de divisa entre nosso Estado e o de São Paulo pelo Deputado Mauricio Fruet.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental autor do Projeto de Lei n.º 175-73, que denomina de "Engenheiro Hiram Rolim La mas", a Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, requer o arquivamento do mesmo, tendo em vista que o Exmo. Senhor Governador do Estado baixou decreto dando o nome de "Professor Pedro Viriato Parigot de Souza" aquela Usina, numa homenagem das mais justas a quem não só na Presidência da Copel, como também, no Governo do Estado, foi um dos maiores entusiastas da construção da grande obra.

Requer ainda, que esta Casca encaminhe ao ilustre Chefe do Poder Executivo sugestão no sentido de ser dado o nome do saudoso Engenheiro Hiram Rolim Lamas a uma outra obra de relevo do Estado, em reconhecimento aos assinalados serviços que o mesmo prestou à Administração Pública paranaense.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1973.

(a) — Borsari Netto.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações pela criação oficial e instalação, na sede do Município de Cascavel, do 2.º Grupamento de Fronteira valorosa sentinela, da nossa segurança ali presença honrosa do Exército Brasileiro, em sua constante vigilância, para preservação de nossas Instituições e salvaguarda da paz da família brasileira.

O acontecimento despertou, em Cascavel, justas manifestações de caráter cívico, identificando o clima de entendimento, harmonia e ideais de militares e civis devotados ao prestigiamento da grande obra revolucionária de projeção do Brasil no conceito das maiores e mais destacadas nações do mundo.

O elevado significado e projeção do acontecimento, está refletido no comparecimento das mais altas autoridades, civis e militares, destacando-se os Senhores Governadores do Paraná e Santa Catarina respectivamente, Emílio Hoffmann Gomes e Colombo Machado Salles; General de Exército Oscar Luiz da Silva Comandante do 3.º Exército; General de Divisão Ayrton Pereira Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar-5.ª Divisão de Infantaria; General de Divisão Newton Faria Ferreira, Comandante da 3.ª Região Militar; General de Brigada, Florim Campello, Comandante do Grupamento Leste Catarinense; General de Brigada Luiz Gonzaga Pereira da Cunha Comandante da 5.ª Brigada de Infantaria Blindada; Brigadeiro do Ar Nelson Dias de Souza Mendes, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e Infantaria de Guarda; Contra Almirante Antonio Leopoldo Amaral Sabaio, Comandante do 5.º Distrito Naval; General de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino, Comandante do 1.º Grupamento de Fronteira; General de Brigada Helio João Fernandes, Comandante da Artilharia Divisionária da 5.ª Divisão de Infantaria, Coronel Rodolpho da Paixão Netto, Chefe do Estado Maior da 5.ª Região Militar-5.ª Divisão de Infantaria; Prefeito Wilson Carlos Khum, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; Dom Armando Cirio, Bispo Diocesano de Toledo; Deputados Estaduais Iris Mario Caldart, e José Ivo da Rocha e Prefeitos Municipais da Região.

Outrossim, o requerente solicita seja dado conhecimento da decisão desta Casa, aos brilhantes oficiais de nosso Exército, General de Brigada Joffre Sampaio, Comandante da Nova Unidade; Coronel Pérsio Ferreira Chefe do Estado Maior; Majores Paulo Cesar Paquet de Andrade e Eduardo Monerat Solon de Pontes, o Capitão Zenon Silva, Membros do Estado Maior; Major Renato Taghin Neves, Ajudante Geral e Capitão Luiz Fernando Bahia, Ajudante de Ordem todos daquela Unidade recém instalada.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1973.

(a) — Fuad Nacii

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais requer seja endereçado, ao Exmo. Senhor Presidente do Senado e às Lideranças da ARENA e do MDB naquela Casa do Congresso, telegrama de apoio incondicional ao Projeto de Lei que proíbe a venda de cigarros a menores de 16 anos, com a finalidade de evitar a propagação do vício entre os jovens brasileiros.

Referido expediente deve transmitir, ainda, sugestão no sentido de incluir-se, no citado Projeto, dispositivo que proíba a propaganda de cigarros em painéis, televisão e outros meios, tendo em vista que a mera proibição não é bastante se não for complementada por medidas como a proposta.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1973.

(a) Antonio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer o encaminhamento, à Direção da SANEPAR, de expediente em que se lhe dê conhecimento da existência de publicidade na Televisão da Capital, de um filtro de água, que põe em dúvida a qualidade da água atualmente oferecida ao consumo público, o que exige providências tendentes a evitar a desorientação e o pânico entre os consumidores.

Requer, ainda, que ao solicitado seja somado apelo no sentido de que a SANEPAR DETERMINE a conclusão, ou restauração da situação anterior, das obras iniciadas e paralisadas na Av. Iguaçu na altura dos bairros Santa Terezinha e Bancários.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

(a) — Antonio Lopes Junior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas prerrogativas parlamentares, ouvido o Plenário, seja endereçado ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Especiais o seguinte pedido de informações:

- 1.º) — Se houver concorrência pública para a impermeabilização do futuro prédio onde irá funcionar o Instituto de Educação no Centro Cívico?
- 2.º) — Qual a firma vencedora da concorrência, e qual a garantia do serviço aplicado e o montante de cruzeiros na obra que está sendo executada.
- 3.º) — Qual o material que está sendo aplicado na referida obra de impermeabilização desta construção?

4.o) — Que dia e mês foi realizada a concorrência pública e qual a firma ganhadora?

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1973.

(a) — Antonio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — o propósito demonstrado pelo Poder Executivo em promover campanha visando ampliar o parque industrial paraense, mediante o oferecimento de incentivos e também demonstrando a potencialidade de nosso Estado;

2 — a necessidade de uma legislação específica que sirva de instrumento ao Estado para alcançar esse objetivo;

3 — a necessidade, também, do Estado oferecer melhores possibilidades para a implantação, aqui de indústrias pioneiras além de, oferecer incentivos às regiões que não vêm acompanhando o progresso do Estado isto é, as subdesenvolvidas, mediante um atendimento imediato e positivo, talvez nos moldes adotados nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o Fundo de Desenvolvimento, utilizando-se de recursos oriundos do I.C.M.

Requer à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, o envio a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado dos inclusos anteprojetos criando o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná — FUNDESPA — que visa preencher os itens acima citados e o Fundo Operação Empresa Fundopem-Pr. — sugerindo a Sua Excelência que se digne determinar a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar a conveniência de adoção das medidas propostas, ouvindo-se os órgãos técnicos do Estado e a direção do EADEP.

Outrossim, requer, também, o envio de cópias do mesmo Anteprojeto à Associação Comercial do Paraná e à Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1973.

Maurício Fruct

Projeto de Lei n.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

“caput” deste artigo exclue a participação simultânea do Fundo nas condições do item 4, quando para o mesmo estágio do empreendimento.

§ 2.o — Constituem condições indispensáveis para a concessão de qualquer das formas de financiamento previstas neste artigo:

a) — que o estudo da proposta demonstre a conveniência econômico-financeira do empreendimento, bem como a segurança do reembolso;

b) — que sejam oferecidas garantias julgadas satisfatórias;

c) — que não se verifiquem restrições de idoneidade e a capacidade administrativa do proponente, seus titulares ou diretores.

§ 3.o — O Conselho Administrativo (C.A.) do FUNDESPA, a seu critério exclusivo, poderá destinar parte dos recursos do Fundo para aplicação em:

1 — infra-estrutura econômica e nos setores industriais de base inclusive com recursos eventualmente destinados pelo Poder Público para esse fim;

2 — operações imobiliárias relativas a distritos industriais;

3 — incremento da produção rural, executada a parte referente à comercialização;

4 — incremento das atividades pesqueiras, preferentemente projetos integrados;

5 — incremento das atividades turísticas;

6 — incremento das atividades de reforestamento.

§ 4.o — As operações previstas no parágrafo anterior aplicar-se-ão, no que couber, os dispositivos deste artigo e do parágrafo primeiro.

Art. 4.o — As aplicações para as finalidades previstas nos itens 2 e 3 do art. 2.o não poderão ultrapassar 15% e 10%, respectivamente, das disponibilidades do Fundo.

Art. 5.o — Para os efeitos desta lei entendem-se como capazes de colaboração financeira objetivada pelo FUNDESPA, as atividades ou os empreendimentos públicos ou privados que se enquadrem nas propriedades estabelecidas ou sejam considerados pelo C.A. como relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Art. 6.o — Constituem recursos do FUNDESPA:

1 — os decorrentes de dotações orçamentárias;

2 — os decorrentes de depósitos;

3 — os decorrentes de abertura de créditos especiais;

4 — os rendimentos, juros retornos e recebimentos resultantes da aplicação do próprio Fundo;

5 — os provenientes de dividendos, lucros e bonificações, distribuídos por empresas de que o Estado seja acionista com a participação de recursos do Fundo;

6 — os decorrentes de dotações, legados e contribuições que receber;

7 — os resultados de empréstimos e financiamentos nacionais e estrangeiros e suprimentos obtidos pelo Estado para repasse a empresas e entidades, nos termos desta Lei;

8 — outros recursos que lhe forem conferidos por Lei.

§ 1.o — os recursos previstos no item 2, deste artigo, deverão ser aplicados na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que virem a se instalar:

a) em municípios incluídos em “Zonas de Desenvolvimento Prioritário” e que tenham tido seus projetos pelo C. A. ou

b) em qualquer ponto do território do Estado, desde que por decisão do Chefe do Poder Executivo, exarada em manifestação do C.A. seja a atividade industrial considerada como básica para o desenvolvimento econômico do Estado na forma da legislação vigente.

DAS OPERAÇÕES

Art. 7.o — As operações do FUNDESPA serão efetuadas através de Agentes Financeiros, mediante programas Globais estabelecidos em convenio com o C.A., nos termos da legislação pertinente e desta Lei.

§ 1.o — Os Agentes se obrigam a manter carteira especializada para as aplicações do Fundo na conformidade da Resolução n.º 93, do Banco Central do Brasil.

§ 2.o — Os Agentes serão remunerados quanto aos serviços prestados até o limite de 1% (um por cento) das operações efetuadas, descontado no ato de cada contrato, exceto quanto às aplicações provenientes dos incentivos fiscais.

§ 3.o — O A.C. fixará nos respectivos contratos a competência, obrigações e responsabilidades dos Agentes Financeiros.

Art. 8.o — As solicitações de colaboração financeira ao FUNDESPA serão precedidas de consulta do G.E.I. sobre o enquadramento do empreendimento nos objetivos e prioridades do Fundo.

§ 1.o — Procedida a consulta, as solicitações de colaboração financeira elaboradas segundo modelos próprios, deverão ser dirigidas ao exame do Agente Financeiro, que as encaminhará ao G.E.I. o qual as submeterá, com parecer conclusivo à deliberação do C.A.

§ 2.o — Os projetos pertencentes ao aproveitamento dos incentivos fiscais serão analisados pelo G.E.O.

Art. 9.o — As solicitações de colaboração financeira do FUNDESPA classificam-se nas seguintes categorias gerais, cujos roteiros de apresentação normais e instruções específicas serão fixadas em Resolução especial do C.A.

a) Pedidos — quando a colaboração financeira solicitada ao FUNDESPA não ultrapassar de 1.000 (mil) vezes o maior salário mínimo do país;

b) — Projetos Simples quando a colaboração financeira solicitada ao FUNDESPA estiver compreendida entre 1.000 (mil) e 3.000 (três mil) vezes o maior salário mínimo vigente no país;

c) — Projetos completos nos demais casos.

§ único — A aplicação dos recursos previstos no item 2, do art. 6.o, desta Lei exigirá sempre a apresentação de Projeto completo, seja qual for o montante da colaboração financeira solicitada ao FUNDESPA.

Art. 10 — No intervalo das reuniões do C.A. o Presidente poderá deliberar “ad referendum” do Conselho, sobre as solicitações de financiamento referidas nos itens 1 a 5 do “caput” do art. 3.o, desta Lei no valor de até 1.000 (mil) vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Art. 11 — C.A. poderá utilizar o sistema de repasse de incursos para participações em programas de financiamento que forem elaborados por instituições financeiras que operem no Estado a médio e longo prazos.

Art. 12 — Nos empréstimos para financiamento de capital fixo e de giro a empreendimentos industriais (itens 1 e 2 do art. 3.o), serão observados os seguintes limites de participação.

1 — O FUNDESPA concorrerá, no máximo, com recursos suficientes para cobrir até 50% (cinquenta por cento) do investimento global do programa que vier a ser realizado com o Agente Financeiro;

2 — a empresa beneficiária deverá concorrer, pelo menos, com 20% (vinte por cento) do total do investimento global do empreendimento;

3 — o Agente Financeiro deverá concorrer com um mínimo de 20% (vinte por cento) do investimento global do programa;

§ 1.o — Os investimentos já realizados no projeto com recursos próprios do proponente poderão ser considerados, a critério do C.A. como a participação a que se refere o item 2 deste artigo.

§ 2.o — No caso específico do BRDE a participação a que se refere o item 3 deste artigo deverá constituir-se de recursos de procedência externa.

§ 3.o — Na aplicação dos recursos previstos no item 2 do artigo 6.o, desta Lei a participação com recursos próprios da empresa interessada no empreendimento não será nunca inferior a 20% (vinte por cento) do valor do investimento global consideradas cumulativamente as diversas etapas compreendidas no projeto.

Art. 13 — Nos empréstimos dos recursos do FUNDESPA serão cobrados os seguintes encargos financeiros:

a) juros de 8% (oito por cento) ao ano;

b) comissão de abertura de critério de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do financiamento e paga de uma só vez por ocasião da assinatura do contrato;

c) comissão de fiscalização de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1.o — As amortizações do principal e os encargos financeiros previstos na letra “a” e “c” deste artigo calculados pelo sistema “price” e pagos mensalmente.

§ 2.o — Os encargos financeiros mencionados, relativos ao período de carência, calculados pelo sistema “hamburgues”, serão capitalizados para efeito de aplicação do sistema “price”;

§ 3.o — Em casos especiais, a critério exclusivo do C.A. os juros referidos na letra “a” deste artigo poderão ser reduzidos até 50% (cinquenta por cento).

§ 4.o — Os saldos devedores e as amortizações dos empréstimos por prazo superior a 3 (três) anos, poderão sofrer correção monetária de acordo com os índices oficiais.

Art. 14 — Nas operações de prestação de garantia serão cobrados os seguintes encargos:

a) comissão de prestação de garantia até 2% (dois por cento) sobre o total da garantia e paga no ato de contratação;

b) comissão de fiscalização de 0,5% (meio por cento) ao semestre, sobre o saldo garantido, paga durante a execução do projeto e de 0,25% (um quarto por cento) ao semestre sobre o saldo garantido nas mesmas datas, após a execução do projeto.

Art. 15 — O prazo de resgate dos financiamentos será de até 6 (seis) anos, nele incluído o período de carência.

§ 1.o — Em casos especiais, por recomendação técnica, mediante fundamentação de excepcionalidade constante do parecer do G.E.I. e do Agente Financeiro, o prazo a que se refere este artigo poderão ser estendido até 10 (dez) anos.

§ 2.o — Salvo no caso de comprovada necessidade técnica constatada nas mesmas condições do parágrafo anterior, quando poderá atingir até 12 (doze) meses, o prazo de carência não ultrapassará de 6 (seis) meses após o início das operações normais do empreendimento financiado.

Art. 16 — O Agente Financeiro será responsável pelo retorno ao FUNDESPA dos recursos por ele aplicados à conta do Fundo e dos encargos cobrados do mutuário.

Das Administrações

Art. 17 — A administração, orientação e controle do FUNDESPA é atribuição do Conselho Administrativo (C.A.) composto dos seguintes membros: o Secretário da Fazenda, o Diretor Superintendente no Paraná do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, três representantes da classe empresarial de livre escolha do Governador, pois membros do G.E.I.

§ 2.o — Nos impedimentos do Secretário da Fazenda, a Presidência do C.A. será exercida pelo Diretor Superintendente do BRDE.

Art. 18 — Os titulares referidos no artigo anterior exercerão as funções de membros do C.A. enquanto permanecerem nos respectivos cargos.

Art. 19 — Além da elaboração do Regulamento e da Administração Geral do FUNDESPA são atribuições do C.A.:

a) Estabelecer a política geral de aplicação do Fundo quer operacional ou administrativa;

b) aprovar os planos e normas gerais de operação e, bem assim a regulamentação técnica e administrativa;

c) fixar os critérios de prioridade para a concessão de financiamentos e seus limites;

d) fixar os encargos financeiros a serem cobrados, os prazos de carência e amortização, bem como as garantias;

e) aprovar o orçamento de aplicações e apreciar o orçamento de custeio do FUNDESPA, assim como o programa de trabalho do G.E.I.

f) deliberar sobre os pedidos de empréstimos, bem como sobre as condições em que serão efetuados pelos Agentes Financeiros;

g) aprovar os termos de convenios ou contratos que devem ser celebrados com instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, pertinentes às atividades do FUNDESPA e deliberar sobre sua conveniência e oportunidade;

h) verificar e submeter à aprovação do Chefe do Poder Executivo, até 31 de janeiro de cada ano, as contas do FUNDESPA relativas ao exercício anterior.

i) decidir sobre os casos omissos;

§ 1.º — Compete ainda ao C.A.:

a) propor ao Governador do Estado, a constituição de "Zonas de Desenvolvimento Prioritário", para fins dessa lei;

b) aprovar os projetos especiais referentes às "Zonas de Desenvolvimento Prioritário";

§ 2.º — O C.A. deliberará com a presença de dois terços dos seus componentes e por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade;

§ 3.º — As resoluções do FUNDESPA serão publicadas no "Diário Oficial" e o Presidente do C.A. representará o mesmo em Juízo e fora dele; nele incluídos o período de carência.

Art. 20 — O C.A. terá como órgão de assessoramento o Grupo Executivo Indústria (G.E.I.), que terá organização necessária à realização de seus encargos;

Art. 21 — Os estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico do Estado serão realizados diretamente pelo G.E.I. ou com a intervenção ou supervisão deste, através de outros órgãos públicos ou privados mediante convenios ou contratos.

Art. 22 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

Deputado Mauricio Fruct.

JUSTIFICATIVA: — A ausência de uma estratégia relativa ao nosso desenvolvimento econômico se constitui, hoje, praticamente no principal óbice encontrados pelos paranaenses para encontrar um caminho seguro de realização empresariais.

Se hoje, boa parte do Estado tem já superadas as suas deficiências infra-estrutura, isto por si só não tem sido suficiente e de forma alguma selo-á, se profundas e corajosas medidas de moderna técnica e de política econômica não forem adotadas para modificar esse quadro.

O presente panorama da economia paranaense em relação à brasileira à mundial é a de basicamente fornecedora para os mercados nacionais e mundiais de produtos primários e de importadora de produtos industriais, ressaltando-se o relativamente pequeno setor secundário, além do terciário que é consequência do primário e do secundário.

Os recursos minerais do Paraná, nos casos não levantados na sua totalidade são bastante expressivos, nos casos já conhecidos, como o xisto o calcário e o minério de chumbo. O Estado é o primeiro produtor nacional de talco, largamente empregado na indústria de cosméticos, de tintas, inseticidas, de louças.

No setor de agricultura o Paraná é o principal produtor agrícola do país, tanto no setor do café, como, milho, algodão, feijão, arroz, soja, mandioca, trigo, menta, batata, amendoim e mamona.

Suas reservas florestais industrializáveis incrementadas com as campanhas de florestamento e reflorestamento tornam o Paraná um grande produtor de matérias primas para fabricação de papel e celulose, aglomerados de madeira e madeira serrada. Seu rebanho suíno, o segundo do País, é de 7,9 milhões de cabeças.

O setor industrial paranaense mantém ainda, com regra geral, a estrutura tradicional que o caracterizou nas últimas décadas. Predominam os estabelecimentos pequenos e médios e os ramos de beneficiamento ou primeira elaboração da produção primária.

Ao mesmo tempo verifica-se que cabe a este setor dar à economia paranaense o dinamismo necessário para alcançar novamente os índices de crescimento que teve na fase da expansão cafeeira.

Não havendo qualquer possibilidade de que um produto ou uma combinação de produtos primários possa conseguir dinamismo semelhante ao do café ou aproveitar os fatores liberados por este, somente um processo de industrialização rápido pode impedir que a economia do Estado caminhe para uma fase de estagnação de longa duração.

Tornou-se, por outro lado, óbvio, que não será mais possível pensar em industrialização do Estado em termos de pequenas indústrias voltadas para o mercado local. A crescente integração da economia nacional torna isso inviável.

É hoje claro que o parque industrial paranaense somente poderá desenvolver-se através de sua integração no mercado nacional, completando-o, através de empresas que produzam em escala adequada, com tecnologias modernas, capazes de criar estímulos para outros ramos, e de concorrer em pé de igualdade com o parque existente nas regiões mais industrializadas do país.

A exigência de nosso desenvolvimento a partir desta base nos impõe uma nova fase de industrialização que se esteie no processo autosustentado e na diversificativa da nossa pauta de exportação, e que nos traga uma crescente independência de nossos produtos primários de exportação e da qual resulte uma sólida performance quantitativa de nosso comércio externo, principalmente através da exportação de produtos industriais.

Para tal é necessário que planejem as nossas indústrias e replanejem as já existentes, pelo menos aquelas que possam competir, através da organização no comércio externo. Precisamos ainda elevar nossas atividades primárias porque o desenvolvimento industrial é implícito com aquelas. Por último, devemos lutar para a extinção dos polos negativos de nossa economia, representados pelas regiões subdesenvolvidas de nosso Estado, que vêm apresentando índices de atuação econômica abaixo da crítica.

A ausência de uma estratégia relativa ao nosso desenvolvimento econômico poderá ser corrigida, em pouco tempo, com a criação de Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, como o que ora submetemos à apreciação desta Augusta Casa de Leis.

Art. 1.º — É instituído o FUNDO OPERAÇÃO EMPRESA — FUNDOPEM-PR. — constituído pelos seguintes recursos:

a — dotações orçamentárias específicas;

b — resultado operacional próprio;

c — outras contribuições dos setores públicos e privado.

Parágrafo Único — Ficam incorporados ao FUNDOPEM-PR. os recursos vinculados ao Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná — FUNDESPA — e administrados nos termos de convênio a ser aprovado mediante Decreto e entendimentos específicos.

Art. 2.º — Os recursos do FUNDOPEM-PR. objetivam através de operações com o B.R.D.E., prestar apoio financeiro às empresas industriais, visando ao desenvolvimento econômico-social do Estado e se destinam:

1 — a financiar encargos financeiros decorrentes de empréstimos para investimentos fixos, concedidos por outros Fundos administrados pelo B.R.D.E.;

2 — a cobrir encargos financeiros decorrentes de empréstimos para investimentos fixos, concedidos por outros Fundos administrados pelo B.R.D.E.;

3 — a financiar, em caráter complementar e a outros fundos, investimentos de capital fixo.

§ 1.º — O disposto neste artigo tem como finalidade a instalação e expansão de empresas industriais no Estado.

§ 2.º — Em casos especiais, a juízo do Conselho Diretor, poderão ser financiados encargos financeiros decorrentes de operações com recursos não administrados pelo B.R.D.E. desde que não envolvam faixas de crédito em que o referido banco também opere.

Art. 3.º — Incumbirá a um Conselho Diretor, integrado pelo Secretário da Fazenda, pelo Diretor representante do Estado do Paraná no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, pelo Diretor representante do BADEP e por 2 (dois) representantes das classes empresariais, estabelecer as diretrizes operacionais do FUNDOPEM-PR.

Art. 4.º — A execução do programa de financiamentos com recursos do FUNDOPEM-PR. será concedida ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que manterá escrituração individualizada do Fundo.

Parágrafo Único — O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), informará à Secretaria da Fazenda a posição do Fundo, e, semestralmente, prestará contas à mesma Secretaria.

Art. 5.º — É o Poder Executivo, autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, um crédito especial até o limite de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), classificando sob o código geral 4.2.3.0/5.9 destinado ao atendimento da despesa com a constituição do FUNDOPEM-PR.

Art. 6.º — O crédito de que trata o artigo anterior será coberto mediante a redução em igual quantia de dotação a ser especificada.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

Dep. Mauricio Fruct

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52-73

Art. 1.º — O artigo 39 do Regimento Interno fica acrescido do seguinte inciso:

"XIV ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS"

Art. 2.º — A Comissão de Assuntos Administrativos compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei relacionados com criação, alteração, classificação ou quaisquer assuntos relacionados com o quadro do Funcionalismo Civil do Estado

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1973

(a) — Wilson Fortes.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 184-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1.º — Fica decretada de utilidade pública a Associação de Assistência Social de Curitiba — Amas de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1973.

(a) Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, através do presente plano de lei, tem sua sede e foro na cidade de Curitiba e vem, desde 1966 prestando serviços de forma desinteressada, à população do aludido Município.

Além do mais, a Associação de Assistência Social de Curitiba "Amas de Curitiba", tem seu estatuto devidamente registrado sob o número 2372, Livro A, do Registro de Títulos e Documentos — 1.º Ofício desta Cidade; presta serviços de real utilidade pública estando, por via de consequência, em pleno funcionamento; e, os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração.

Assim, pois, preenche, data venia, todos os requisitos necessários para ter sua declaração de utilidade pública estadual.

Em face de tais declarações, apresentamos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando-se-lhe dê o indispensável apoio e a aprovação final.

PROJETO DE LEI N.º 185-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a conceder às indústrias que venham a se instalar no Paraná incentivos destinados a estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado.

§ 1.º — Serão considerados de fundamental interesse os empreendimentos que objetivem a instalação de indústrias em quaisquer Municípios, favorecendo-se preferencial e proporcionalmente as que venham a se localizar nas regiões mais interiorizadas e de menor índice de desenvolvimento econômico e social.

§ 2.º — Merecerão, também, tratamento preferencial as indústrias que venham a se instalar em Distritos Industriais, cuja criação tenha sido aprovada pelos órgãos competentes do Governo do Estado.

§ 3.º — Os incentivos poderão, também, ser concedidos às indústrias já existentes desde que venham a expandir suas atividades.

§ 4.º — Os incentivos de que trata o artigo poderão ser fiscais e materiais, estes relacionados com a elaboração de projetos e serviços e obras de infraestrutura.

Art. 2.º — Na regulamentação da presente lei, o Poder Executivo, levando em conta a interesse público e a política nacional de desenvolvimento, dis-

ciplinará as formas de concessão dos incentivos; estabelecerá os critérios, as condições e os requisitos essenciais ao seu gozo e fixará os valores percentuais e o prazo dos benefícios, tomando por base as normas usuais existentes nas demais Unidades da Federação.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Banco Regional de Desenvolvimento Econômico — o BRDE — vive hoje, talvez, seus derradeiros momentos. Por injunções que não nos cabe aqui discutir, o Rio Grande do Sul já manifestou oficialmente sua intenção de retirar-se do convênio que institui o BRDE.

Muito bem.

Que decidam os gaúchos em favor daquilo que julgam melhor para si.

O que esta Casa — onde estão os legítimos representantes do povo paranaense — não poderia deixar de fazer (e é por isso que hoje ocupo a Tribuna) é deixar de expressar a sua satisfação pela atitude do Governador Emílio Gomes, manifestando-se, em claro e bom tom, na defesa dos legítimos interesses do Paraná.

Agü com acerto o Sr. Emílio Gomes, provando mais uma vez que reúne todas as condições para ser o Governador que o Paraná espera, nesses 8 meses que lhe restam de mandato.

Vindo a público para dizer que a extinção do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico não atende os interesses do nosso Estado e que o Paraná procurou manter o convênio com Santa Catarina, a fim de impedir o fechamento deste canalizador de recursos externos para nossa região, o Governador Emílio Gomes fugiu de ser, mais tarde, acusado de omissão, mesmo tendo assumido o Governo quando o problema já existia.

Há quem garanta que os dias do BRDE estão contados.

Mas se isso acontecer, não será por falta do empenho de nós, paranaenses, pois nosso Governador deixou bem claro a posição do Paraná.

Somos contra a extinção do BRDE.

Mas por que?

É muito fácil responder: a manutenção do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico só poderá trazer benefícios para o Paraná, pois por muitas vezes, o BRDE já comprovou sua validade como fator de tração de recursos externos.

Para comprovar esta afirmação é só citar aqueles mesmos números enunciados pelo Governador Emílio Gomes, quando se pronunciou contra a extinção do nosso Banco Regional de Desenvolvimento.

Cerca de 200 milhões de cruzeiros deverão ser investidos no atual exercício; o dobro do que foi investido no ano passado. Somando-se estes recursos aos do Banco de Desenvolvimento do Paraná, chegaremos a 600 milhões, quantia esta que dificilmente poderia ser aplicada somente por um Banco de Desenvolvimento.

Então, por que ser extinto o BRDE? Apenas porque o Rio Grande do Sul pretende criar seu organismo próprio de fomento econômico? Esta não seria razão suficiente. É possível que existam outras ainda mais fortes. Mas não suficientemente fortes para que o Paraná se curve humildemente à vontade de alguns vizinhos.

Resta saber a posição adotada por Santa Catarina, a ser anunciada na próxima reunião da CODESUL, que vai, com certeza, definir o futuro do BRDE. Independentemente disso, no entanto, o Paraná já definiu sua posição, através da lúcida declaração do Sr. Governador Emílio Gomes. Posição que merece os nossos aplausos, pela certeza, que transmite de estar hoje o nosso Estado nas mãos de um homem que, como ele mesmo diz, tem pressa; porque é a pressa que vai fazer o Paraná recuperar o dinamismo que sempre o caracterizou.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Rocha.

O SR. IVO ROCHA — Exmo. Sr. Deputado João Mansur, digníssimo Presidente desta Assembleia Legislativa.

Digníssimos Srs. Deputados.

Por injunções de ordem legal, e face ao afastamento do brilhante Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitado que foi por S. Exa. o Governador Emílio Gomes, para emprestar o brilho da sua inteligência à frente da Secretaria de Educação e Cultura, tive a honra de assumir a cadeira de Deputado nesta nobre Assembleia Legislativa, em dias da semana passada. Hoje, ao ocupar esta Tribuna pela vez primeira, cumpre-me trazer aos meus Nobres Pares o profundo e irrestrito agradecimento deste humilde companheiro, pela acolhida amável que tive a honra de merecer quando da minha posse, e, em especial, pelas palavras carinhosas de Ss. Exas., os Srs. Deputados João Mansur, Ivo Tomazoni e Maurício Fruet, respectivamente, Presidente, Líder do Governo e Líder da Oposição, nesta augusta Casa de Leis.

O espírito de alta camaradagem que aqui encontrei, colocou-me desde o primeiro instante, na mais plena liberdade de convivência, singularidade altamente importante para o desenvolvimento do trabalho harmonioso, no cumprimento do mandato que o povo nos delegou. É bem verdade que, no desenrolar de todos os trabalhos inerentes a esse mandato, pontos de vistas antagônicos poderão fluir, peculiaridade própria do regime democrático de nossas instituições, porém é também verdade que o propósito é buscarmos o caminho ideal, na valorização do Poder Legislativo, imprescindível aos verdadeiros propósitos desenvolvimentistas de nosso Estado, para somar na edificação deste Brasil grande, em cujo contexto o Paraná representa uma das forças mais expressivas da nacionalidade, na certeza de que as divergências surgidas no inevitável calor das discussões legislativas, se desvanecem ao transpormos os portais desta Casa, no final de nossas Sessões.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, completando o solene juramento por mim feito, quero reafirmar, neste instante, que os propósitos acima enunciados nortearam sempre a minha conduta neste Legislativo, como o mais novo membro desta Casa.

É oportuno, ainda, agradecer à Mesa Diretiva deste Legislativo, o indicação de meu nome para constituir, como membro, a Comissão de Senhores Deputados que representou o Poder Legislativo na solenidade de posse de S. Excelência, General Jofre Sampaio, no Comando do 2.º Grupamento de Fronteiras, sediado na cidade de Cascavel, realizada em data de 21 do corrente mês.

Essa solenidade que foi abrilhantada pela presença de Sua Excelência, o Senhor Governador Emílio Gomes, contou, igualmente, com a presença de Sua Excelência, o Senhor Governador de Santa Catarina, Engenheiro Colombo Salles, de Suas Excelências, General Oscar Luiz da Silva e General Ayrton Tourinho, respectivamente Comandantes do 3.º Exército e da 5.ª Região Militar, de Sua Excelência Reverendíssima, D. Armando Cício, Digníssimo Bispo Diocesano de Toledo, além de outras altas personalidades civis e militares.

Ao finalizar estas palavras, reitero os meus melhores propósitos de bem servir aos interesses do meu Estado, na parcela que me toca como membro deste Poder Legislativo. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não nos foi possível estar presente quando do compromisso que prestou, perante a Comissão Executiva desta Casa, o nobre Deputado José Ivo Rocha. Mas, não quero deixar passar a oportunidade de saudá-lo: — Seja benvido, nobre Deputado, à nossa Casa; V. Exa. saberá muito bem representar aquela rica região de Toledo, trazendo para cá aquelas reivindicações as mais justas, que merecem ser atendidas, do povo daquela região paranaense. Nossa alegria é muito maior quando tomamos conhecimento de que V. Exa. comunica conosco dentro dos mesmos ideais leonísticos. Desejamos juntamente com o nobre Deputado e o nobre Companheiro, de mãos dadas, lutar pelos mesmos princípios e lutar pelas mesmas reivindicações de que a população paranaense espera do nobre Deputado, assim como espera de todos aqueles que a representa nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cada vez mais nos preocupa o movimento intenso do tráfego da estrada que liga Londrina. Pelas últimas estatísticas levantadas, o número de veículos que trafega por este trecho, alcança o número elevado de oito a dez mil veículos diariamente.

Há mais de quatro anos que a população daquela região Norte paranaense, Londrina, Cambé, Rolândia, Apucarana aguarda com ansiedade os contornos já iniciados e não concluídos pelos Governos anteriores.

Tivemos recentemente a inauguração do primeiro trecho da estrada ligando Londrina a Mauá, hoje denominada Celso Garcia Cid e dentro de mais algum tempo o segundo trecho deverá ser inaugurado. Com a nova inauguração que há de ser realizada em breves dias, maior deverá ser a intensidade do tráfego da cidade de Londrina a Apucarana, porque veículos irão demandar de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, intensificando ainda muito mais e congestionando esse trecho tão importante da estrada que liga Ourinhos a Paranaíba.

Um apelo que fazemos público ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, dr. Euro Brandão, é para que deem prosseguimento à conclusão dos contornos de Cambé a Rolândia e que deem o início e também a conclusão da segunda pista de contorno. Aqueles que têm a oportunidade de percorrer esse trecho sabem quão deficiente é uma única pista neste contorno de Londrina, que demanda de Ourinhos a Maringá.

Fica aqui nosso apelo e temos quase que a certeza de que o Sr. Governador do Estado, sensibilizado que está com o grave problema dos transportes do Paraná, aprovará esta reivindicação.

Lemos hoje, pela imprensa, que ontem, em despacho com o Sr. Secretário de Transportes, S. Exa. o Governador do Estado procurou tomar medidas e providências imediatas quanto aos graves problemas que afligem a população do Oeste paranaense.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o nobre Deputado dispõe apenas de meio minuto para concluir sua oração.

O SR. OLAVO FERREIRA — É o tempo suficiente para passarmos às suas mãos um Requerimento para ser levado à consideração do Sr. Governador do Estado e vasado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente,

O Deputado que abaixo subscreve, nos termos regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado Expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Emílio Gomes e ao Exmo. Secretário dos Negócios dos Transportes, Euro Brandão, nos seguintes termos:

Considerando que cresce cada vez mais o número de veículos que trafega na rodovia que liga Londrina a Apucarana;

Considerando que pelas estatísticas publicadas a média diária é de oito a dez mil veículos, principalmente no trecho compreendido entre Londrina e Rolândia;

Considerando que apesar da inauguração da estrada ligando Londrina a Mauá (rodovia Celso Garcia Cid) haver aliviado a intensidade de tráfego entre Londrina-Apucarana, o congestionamento ainda perdura;

SUGERE,

Que seja iniciada e concluída com brevidade a 2.ª pista de contorno da cidade de Londrina e a conclusão dos contornos de Cambé e Rolândia, pois que nestes trechos o tráfego se torna muito mais intenso, principalmente nos horários habituais de maior circulação.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1973”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, quarto orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não seria necessário repetir, desta Tribuna, a obrigação do Governo do Estado do Paraná oferecer a empresários de todo o País incentivos fiscais, visando o estabelecimento de indústrias em nosso Estado.

Esse assunto já foi objeto de inúmeros pronunciamentos nesta Casa. E, na sessão de hoje, tivemos a oportunidade de examinar a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, dois anteprojeto nesse sentido. Um deles visa a criação de um grupo de trabalho que estude a implantação do FUNDESPA — Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, nos moldes dos já existentes nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

É o segundo Projeto pede a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de estudar a implantação do FUNDOPEM, cujo objetivo fundamental é manter um entendimento perfeito entre o Estado e os empresários. Já existe um esforço isolado, por parte de diversos órgãos estaduais visando a implantação, aqui, de indústrias de outros Estados. Mas, até hoje, nada de objetivo, de prático, foi feito, e os empresários de nosso Estado estão lutando com

várias dificuldades. E esse órgão o FUNDOPEM, teria como objetivo a aplicação dos recursos do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico. E, nesse ponto, concordamos com a manifestação do Líder do Governo, Deputado Ivo Tomazoni, quando afirmou que a posição do Governo do Estado, com relação aos demais Estados e a retirada do Estado do Rio Grande do Sul do Banco de Desenvolvimento Econômico. E um dos objetivos deste nosso Anteprojeto de Lei é fazer com que o Estado colabore com os empresários que desejam implantar novas indústrias com recursos do BRDE. Porque, o que acontece, é o seguinte: o BRDE oferece, em casos de implantação, ou expansão, de indústrias, financiamento de 80% do capital necessário. Enquanto isso, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em outros Estados da Federação, os 20% restantes, e às vezes até 50% do capital todo, com objetivo de capital de giro, são fornecidos pelos Fundos de Desenvolvimento dos Estados. Por esse motivo, inúmeras indústrias deixam de se estabelecer em nosso Estado. Portanto, é preciso que o Governo do Estado adote uma política de desenvolvimento econômico e social em termos de incentivos de ordem fiscal, material a fim de atrair a implantação de novas indústrias em nosso Estado.

São estes os projetos que submetemos à apreciação da Casa na certeza de que os Srs. Deputados não negarão o seu apoio.

E gostaríamos de dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel que entendemos a atitude adotada pelo Governo do Estado no sentido de manter uma posição definida em relação ao Estado do Paraná junto ao Banco Regional de Desenvolvimento Econômico.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Poucos meses depois de sua investidura no cargo, o ex-Governador Parigot de Souza costumava afirmar que os planos cabiam aos técnicos, a execução aos políticos. Não poderíamos deixar de registrar neste início de Governo do eminente homem público, Dr. Emílio Gomes, o nosso contentamento, a nossa esperança e a nossa confiança de que fará um grande governo.

Vemos na sua equipe de governo o cuidado que teve S. Exa. o Sr. Governador ao escolher, para sua administração, uma equipe formada de Técnicos experientes em administração e política. E só com essa experiência é de se esperar um melhor diálogo e entrosamento para que o Paraná possa demonstrar a todo o Brasil a sua pujança, a sua capacidade de trabalho, e que o Paraná não faltará com sua participação no desenvolvimento do País.

Para muitos, fora de nosso Estado, o Governo que se iniciou é uma experiência pela oportunidade dada a classe política, é uma oportunidade de demonstrar que, o que se pretende é a política no bom sentido, no diálogo, no trabalho de paz e prosperidade.

Para nós, que conhecemos o Governo, que conhecemos sua Equipe não é uma experiência que se faz, para nós é uma certeza de que os políticos que muitas vezes são incompreendidos, são na realidade os que melhor conhecem os anseios do povo, o que ficou demonstrado nesses poucos meses que esteve à frente do Governo, o nosso companheiro eminente Presidente João Mansur que tão bem soube se conduzir; demonstrando que homens do Poder Legislativo também conhecem de administração, dirigiu o Estado com humildade e dignidade, correspondendo à confiança do Presidente Emílio Garrastazú Médici e, a confiança desta Casa.

É baseado nesse conhecimento que demonstramos o nosso contentamento quando vemos no Governo do Estado um homem vivo e, que como Deputado por três legislaturas sabe a dedicação e o interesse que temos no atendimento do povo; quando vemos na pasta política outro homem vivo, que é o Deputado Otávio Cesário Pereira; na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, vemos o Deputado Zacarias Selem; quando vemos esta Casa prestigiada com a indicação de nosso colega Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, brilhante homem público que interrompe sua carreira política para se dedicar ao Magistério de nosso Estado.

Nas outras Pastas quando vemos homens experientes e que já demonstraram sua capacidade de trabalho, como S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde Pública Dr. Ivan Beira Fontoura, Segurança Pública, da Fazenda, de Viação e Obras Públicas; na Agricultura, um homem do interior e que conhece perfeitamente os anseios do agricultor, o Dr. José Cassiano Reis.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Só lamento que Londrina, que sempre foi prestigiada, sempre contou com homens eminentes nos altos escalões do Governo do Estado, desta vez tenha perdido esse privilégio, e não faça parte dessa Equipe de Governo, Londrina que é a maior cidade do Paraná, após Curitiba. Não pudemos contar com londrinenses, mesmo do Partido de V. Exa. que é a ARENA, porque nós somos do MDB, não esperamos nenhuma participação no Governo, a não ser, que o Governo cumpra com a sua missão para com o povo de, impulsionar o desenvolvimento do Estado. Mas, mesmo em contato com importantes elementos do Partido de V. Exa., pudemos sentir um certo descontentamento pela não participação das figuras mais proeminentes de Londrina, no novo Governo do Estado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado Antônio Belinati, não, há dúvida que cada região gostaria de ter o seu representante junto ao Governo do Estado, mas hoje o que nós vemos no Paraná não é mais aquela divisão de antigamente, quando se separava o Sudoeste, o Norte, do Sul do Paraná, em que homens que assumiam o Governo esqueciam do resto do Paraná. Por isto eu faço este pronunciamento, nesta tarde, dizendo da confiança nesta Equipe de Governo, na Equipe formada de homens conscientes e que sabem que têm que administrar pensando no Paraná — e quando se pensa no Paraná, pensa-se em todo o Estado, em todas as regiões. É justo que o Governo do Estado na escolha de sua Equipe procure pessoas de seu conhecimento, pessoas que tenham condições — como em Londrina também há homens à altura de assumirem as Pastas do nosso Estado — mas, é uma sequência, numa administração, que dificilmente o Governo teria condições de contentar a todos. Se fosse dada uma Pasta política a Londrina, Maringá estaria a gritar, Pato Branco ou outras regiões. Mas o nosso voto é que estes Secretários desempenhem bem as suas funções, para alegria nossa e de todo o Paraná; na Secretaria do Governo e na Casa Civil que está tão bem representada; na Secretaria dos Transportes, pelo pouco contato que tivemos, pudemos observar da experiência com que será regida e estamos certos de que é uma Pasta que o Governador bem conhece, dada a sua vivência com o setor rodoviário, e que, mais uma vez demonstrou o seu conhecimento, entregando a Pasta ao dr. Paulo Aguiar, que é uma garantia das obras já programadas.

Não vamos tecer comentários sobre os demais Órgãos, que é uma sequência de trabalho. Confiamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste Governo

com o qual estamos e estaremos integrados para servir o Paraná, no cumprimento de nosso dever.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem a esperança, uma disposição de trabalho e entrosamento no Poder Executivo, é chegado o momento de demonstrarmos que nesta Casa também existe o entrosamento. É justo que, nas decisões, haja os debates, as divergências, mas, que a decisão da maioria seja a decisão da Casa.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar o Sr. Deputado Ivo Rocha que acaba de integrar a nossa Bancada. Seja bem-vindo a esta Casa e estamos certos de que V. Exa. será um baluarte na defesa dos interesses da sua Região e de nosso Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Belinati, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para justificar um Requerimento de Pedido de Informações, que passaremos às mãos de V. Exa., com respeito ao contrato feito pelo Governo do Estado do Paraná, no acabamento do edifício sede do Instituto de Educação do Paraná que está sendo edificado nos fundos do Palácio Iguaçu, nas imediações do Palácio Iguaçu. O nosso Pedido de Informações é para que não haja qualquer dúvida com respeito ao trabalho de impermeabilização da futura sede do Instituto de Educação do Paraná. Estamos indagando do Sr. Governador do Estado, se houve concorrência pública para o trabalho de impermeabilização. Qual a firma vencedora da concorrência pública e qual a garantia do serviço aplicado e o montante de cruzeiros, na obra que está sendo executada. Queremos saber também qual o material que está sendo aplicado na referida obra, de impermeabilização, desta construção. Em que dia e mês foi realizada a concorrência pública e qual a firma ganhadora.

O que se conta extra-oficialmente, é que aquela obra que teria custado ao Governo perto de dois milhões antigos, teria sido proposta por uma outra firma, o mesmo serviço, por menos de um milhão de cruzeiros antigos.

A garantia dada pela firma que executou este serviço foi de cinco anos, ao passo que a firma que se propunha também a realizar esta obra, estava disposta a garantir o seu trabalho por um prazo bem maior, de dez anos.

No entanto, nada disto é oficial, e para que não tenhamos dúvida quanto à execução de uma obra dentro do que determina a lei, com abertura de concorrência pública, entregando-se o trabalho para aquela que realizar por um preço quem sabe mais condizente, e dar garantia por um tempo maior, nós entendemos e queremos pedir ao nobre Líder do Governo que oriente os Srs. Deputados do Governo, visando a aprovação deste Requerimento para mostrar que se implantou agora, no Paraná, um Governo disposto realmente, a colaborar com a classe política, e com o próprio povo. Gostaria de dizer, que este trabalho não faz parte do Governo de Emílio Gomes. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo em se tratando de uma obra determinada em Governo anterior, estamos prestando este esclarecimento. Porque ainda ontem, lemos no jornal do Rio de Janeiro, o jornal "Opinião", o escândalo das telecomunicações que abrange o próprio Paraná. Gostaria de pedir aos Srs. Deputados, se tivessem tempo de ler o jornal "Opinião", para verificar na edição daquele jornal que dentro de Curitiba, um cidadão de nome Palombo, arrendatário do Hotel Iguaçu, ganhou verdadeira fortuna, fazendo trabalho de intermediário, visando conseguir com que uma determinada firma vencesse diversas concorrências públicas. A implantação de telefones em duas cidades do Paraná e até mesmo na cidade de Curitiba. Numa das concorrências públicas, aquele cidadão, segundo este mesmo jornal, teria sido contemplado com uma propina de 700 mil cruzeiros, mostrando que o telefone está custando um preço absurdo, porque as firmas que vencem uma concorrência pública, são obrigadas a majorar o preço dos telefones para dar propina a este elemento.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. traz ao conhecimento da Casa esta publicação do Semanário "Opinião", eu também tive a oportunidade de ler, é um documento dos mais sérios porque foi retirado do IPM que apurava um episódio de subversão dos mais conhecidos desta terra, que foi aquele da Participação de Madeiros Valle, Gerente do Banco do Brasil do Estado da Guanabara, mais conhecido como bom burguês, episódio que, repito, foi um dos mais conhecidos dentre os diversos atos de subversão apurados nesta terra.

Este IPM acabou derivando, pelos depoimentos nele prestados, para a operação do aspecto que V. Exa. ressaltou da Tribuna e que tem uma estreita relação com o procedimento das companhias estrangeiras que são, na verdade, as donas do processo de telecomunicação em nossa terra. Mas, gostaria de solicitar a V. Exa. porque acho aquele documento muito importante e eu não o possuo mais, que se V. Exa. o possuir, que o trouxesse noutra oportunidade e o lesse da Tribuna para que nos seus termos ele não ficasse perdido e passasse a constar dos Anais desta Casa porque poderá servir de subsídios na exposição de vários episódios futuros que vierem a ocorrer no setor das telecomunicações no Paraná. É um documento de alto valor, porque demonstra uma forma de conduta que, segundo a opinião do Semanário, vai se tornando um meio usual de se participar de concorrência no setor de Telecomunicações.

Este o pedido que faço a V. Exa. porque pelo que pude entender da sua maneira de falar, V. Exa. não possui no momento o documento, mas gostaria, se V. Exa. ainda o tiver, em seu poder, em outra oportunidade, o lesse para que constasse dos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado a V. Exa. Realmente, possuíamos este documento em nossa casa e na primeira oportunidade traremos aqui este jornal que traz este fato lamentoso por todas as razões. E o envolvimento desse cidadão arrendatário do Hotel Iguaçu, cujo nome na íntegra nós fornecemos por ocasião da leitura do artigo do jornal, para mostrar realmente a necessidade de modificar em definitivo agora que o Paraná está com novo Governo implantado há poucos dias para que possamos no momento da abertura de uma concorrência pública, para implantação de telefones ou aberturas de estradas ou construção de alguma obra pública, possamos ter certeza de que aquela concorrência será julgada com toda a lisura; que o nosso povo ficará tranquilo com a honestidade de julgamento de todas as propostas apresentadas, visando evitar que um cidadão como este venha a conseguir uma fortuna de bilhões, através de concorrência ilegal e imoral, no campo das comunicações.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Está devidamente apoiado. Será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, necessita de apoio. — Apoiado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 217-72, que adita redação que especifica, ao número 11, do artigo 56 do referido Projeto de Lei. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50-73, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Maria Araújo Maia, viúva de ex-Membro da Polícia Militar do Estado. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 110-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Morretes, 3 (três) tratores e 3 (três) grades hidráulicas de 3 pontos, na forma que especifica. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-72, de autoria do Dep. Odilon Rainhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, autorizando igualmente, construir através da S.V.O.P., o prédio para funcionamento do referido Ginásio e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Tamboara. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-71, de autoria do Dep. Cândido M.M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na Cidade de Pato Branco. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que cria na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que fixa o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 45-73, que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos cargos em Comissão, de Dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos. Junto, Projeto de Lei n.º 120-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 52-73, encaminhando aditamento com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 353-68, de autoria do Dep. David Federmann, que dispõe sobre a necessidade de aprovação, pela Secretaria de Educação e Cultura, de construções escolares. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 353-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Nenhuma construção escolar poderá ser feita, no Estado, sem que a respectiva planta seja aprovada pelo órgão técnico da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1968.

a) Deputado David Federmann

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a legislação vigente, todas as construções do Estado são atribuídas ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, inclusive as escolares, que se revestem de certas características intrínsecas, as quais, nem sempre são atendidas pelo referido Departamento.

Um determinado desenho serve para edificações nas mais variadas regiões do território paranaense, sem que sejam levadas em linha de conta as condições peculiares ao meio. Em construções caríssimas por vezes é esquecida a necessária instalação para moradia de um guardião. Na prática, esta lacuna acarreta sérias dificuldades às direções dos estabelecimentos de ensino.

Ainda, recentemente, foi construído um Ginásio na cidade de Imbituva e do projeto não constava mesmo uma sala para biblioteca, quando esta é hoje uma exigência formal do Conselho Estadual de Educação, que prevê até o número de livros que nela deva figurar.

Como a Secretaria de Educação e Cultura possui um serviço especializado no tocante a prédios e aparelhamento escolar, não deve ficar ele alheio ao aspecto pertinente a construções desse tipo, o que é, no meu entender, fundamental à consecução dos objetivos da política educacional do Governo.

Seria, pois, de toda a conveniência, que as plantas das edificações dos estabelecimentos, de ensino fossem submetidas à aprovação da citada Secretaria, através de seu órgão especializado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 353-68

AUTOR: Dep. David Federmann

SÚMULA: Dispõe sobre a necessidade de aprovação, pela Secretaria de Educação e Cultura, de construções escolares.

Tendo sido rejeitado o parecer do Nobre Deputado Miguel Diniz, e, designado que fomos para relatar de acordo com o voto vencedor nesta Comissão, é o nosso parecer CONTRÁRIO ao plano de lei ora em pauta.

Sala das Comissões, 7-5-69.

aa) Emílio Carazzal — Presidente

Luiz Renato Malucelli — Relator

Ovidio Franzoni — Sílvio Barros — Roberto Wypych e 2 assinaturas ilegíveis

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 353-68

AUTOR: Dep. David Federmann

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pela Secretaria de Educação e Cultura, de projetos de construções escolares.

PARECER

1.) Pretende o Nobre Deputado David Federmann, através Projeto de Lei disciplinar a forma de construções escolares em nosso Estado, mediante prévia autorização de órgão da Secretaria de Educação e Cultura. Entretanto se tal iniciativa se fazia necessária em 1968, hoje com as novas diretrizes e estruturas a respeito do assunto, está a matéria superada.

2.) Assim, somos de parecer CONTRÁRIO à aprovação do Projeto, opinamos pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1973.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

Alvaro Dias

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 353-68

AUTOR: Dep. David Federmann

SÚMULA: Dispõe sobre a necessidade de aprovação pela Secretaria de Educação e Cultura, de construções escolares.

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado David Federmann, é estabelecer que nenhuma construção escolar poderá ser feita, no Estado, sem que a respectiva planta seja aprovada pelo órgão técnico da Secretaria de Educação e Cultura.

A iniciativa é das mais louváveis e se fundamenta em sólidos argumentos, conforme justifica o autor da proposição.

Entretanto, as Doutas Comissões de Constituições e Justiça e de Instrução Pública opinaram pela REJEIÇÃO do Projeto.

Da mesma maneira, entendemos que as diretrizes estabelecidas com a reforma do ensino no País, superam a iniciativa enfocada, pelo que opinamos pela REJEIÇÃO do Projeto e consequente arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27-6-73

a) Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Alvaro Dias — João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, comunicando que a Bancada do MDB se fará representar na Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de verificar problemas de divisa entre nosso Estado e o de São Paulo pelo Deputado Maurício Fruet. — As Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando o envio de cópia de Anteprojeto criando o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná — FUNDESPA e o Fundo Operação Empresa — FUNDOPEM-PR ao Sr. Governador do Estado e à Associação Comercial do Paraná — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 176-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 175-73 em virtude do mesmo haver perdido sua oportunidade, sugerindo ao Sr. Governador do Estado seja dado o nome do saudoso Eng. Hiram Rolim Lamas a uma obra de relevo do Estado, em reconhecimento aos assinalados serviços que o mesmo prestou à Administração Pública paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado e Secretário dos Negócios dos Transportes, no sentido de que seja iniciada e concluída com brevidade a segunda pista de contorno da cidade de Londrina e a conclusão dos contornos de Cambé e Rolândia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela criação oficial e instalação, na sede do Município de Cascavel, do 2.º Grupamento de Fronteira. — Aprovado.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença em Plenário do ex-Deputado e atual Prefeito de Paranavai, Pinto Dias, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ao Senhor Presidente do Senado e as Lideranças da ARENA e MDB naquela Casa do Congresso telegrama de apoio incondicional ao Projeto de Lei que proíbe a venda de cigarros a menores de 16 anos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado à Direção da SANEPAR, expediente em que se lhe dê conhecimento de existência de publicidade, na Televisão da Capital, de um filtro de água, que põe em dúvida a qualidade de água atualmente oferecida ao consumo público. — **Aprovado.**

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em Plenário do Sr. João Mesquita, Prefeito Municipal de Matinhos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Públicas, pedido de informações. Em discussão.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do Requerimento para a próxima Sessão Ordinária.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã, dia 24, às 10.00 horas, haverá Sessão Especial, em comemoração à data do Exército Nacional, e terá como orador oficial desta Casa, o Sr. Deputado João Fadel.

Nada mais havendo e tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, designando outra para a próxima segunda-feira, dia 27, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 255-70, 225-71, 12-73, 61-73, 79-73;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 170-72 e de Resolução n.o 47-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.o 204-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.006, de 25 de julho de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.o 168-73, de 15 de junho de 1973, referente a funcionária Myrthes Magda Gomes, a partir de 1.o de agosto de 1973; e
II — designar Edson Heibel, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Fuad Nacli.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1.973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 205-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.893, de 16 de agosto de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

designar Vilma Aparecida Nunes, Toninello, ora a disposição deste Poder para prestar serviços no Gabinete da 1a. Vice-Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1.973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 206-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.548, de 8 de agosto de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Jonas Valério, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do "MDB", junto ao Gabinete do Deputado Domicílio Scaramella.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1.973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 207-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.o 7.175, de 1.o de agosto de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Bernardo Siqueira Savio, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Arthur de Souza.

PORTARIA N.o 208-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.o 7.889, de 16 de agosto de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Silvio Lemos, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1.973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 209-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.808 de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária Neida Milani, ora a disposição deste Poder, para

prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Quieste Crisostomo da Silva.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 210-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.810 de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Wanderley Moreira Ferreira, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Aguiinaldo Pereira Lima.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 211-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.809 de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Antonio Waldemar Savio, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do "MDB" junto ao Gabinete do Deputado Nelson Buffara.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 212-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.087, de 20 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria n.o 93-72, de 07 de março de 1972, na parte que se refere a José Estefano Brito Witoslawski.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 213-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.001, de 20 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Durvalina dos Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de agosto de 1973 em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 214-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado, sob o n.o 8.040, de 20 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Edgar Santos Buquera funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 20 de agosto de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

Comissão Parlamentar de Inquérito: DETRAN

7.a Legislatura — 3.a Sessão Legislativa

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO

Aos nove dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e setenta e três na Sala de Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuros possíveis irregularidades do DETRAN, presentes os Senhores Deputados: Fuad Nacli, Iris Caldart, Paulo Camargo; Luiz Roberto Soares e Ovidio Franzoni. Havendo número legal o Senhor Presidente Deputado Ovidio Franzoni, abre os trabalhos solicitando a opinião dos Senhores Deputados — Membros da Comissão sobre o assunto que originou a Comissão. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares solicita um relato sucinto sobre a origem da Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor Presidente atende e expõe o solicitado. A seguir o Senhor Deputado Luiz Roberto Soares solicita envio de ofício ao DETRAN, encarecendo o envio do edital de licitação que viabilizou a aquisição das motocicletas para aquele Departamento, solicitação deferida pelo Sr. Presidente. Em seguida, o Sr. Deputado Paulo Camargo requereu envio de expediente ao DETRAN solicitando cópia do convenio entre aquele Departamento e a Faculdade Católica, cujo objetivo é o de proceder os exames psicotécnicos dos motoristas; Deferido. Requerem ainda, o supracitado parlamentar Depoimento pessoal dos responsáveis pelas firmas Comercial Indústria e Comércio RETIPAR LTDA. (YAMAHA) principalmente na pessoa de Sr. Serge Luiz Defour e da firma ARNO FELICIANO DE CASTILHO sediada a rua Presidente Faria 15. Deferido Requerimento também envio de ofício ao DETRAN, solicitando envio da proposta das firmas participantes na licitação objeto desta Comissão de Inquérito. Deferido. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será por mim pelo senhor presidente demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) Dep. OVIDIO FRANZONI

Deputado Fuad Nacli

Deputado Paulo Camargo

Deputado Luiz Roberto Soares

Deputado Iris Caldart.